

Política sobre Uso de Inteligência Artificial, Integridade Acadêmica e Antiplágio

A Revista BASE assume o compromisso com a integridade ética e científica da produção acadêmica que publica. Diante da crescente adoção de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) no meio acadêmico, torna-se essencial estabelecer parâmetros claros quanto ao uso responsável dessas tecnologias, ao combate ao plágio e à prevenção de práticas indevidas como falsificação e fabricação de dados. Esta política baseia-se em princípios éticos, legais e metodológicos atuais, alinhados a diretrizes internacionais e às recomendações recentes sobre o uso ético da IAG.

1. Uso Ético de Inteligência Artificial Generativa (IAG)

A utilização de ferramentas de IAG em pesquisas científicas deve ser compreendida como uma prática possível, desde que acompanhada de responsabilidade, clareza e supervisão humana. É permitido o uso dessas tecnologias em atividades auxiliares, como revisão linguística, organização de ideias iniciais, tradução técnica, transcrição de trechos ou sugestões estruturais, desde que o conteúdo final seja elaborado, interpretado e validado por autores humanos. O uso de qualquer ferramenta de IAG, como ChatGPT, Gemini, Copilot, entre outras, deve ser declarado de forma transparente no manuscrito submetido, por meio de nota de rodapé ou nos agradecimentos. A autoria intelectual de qualquer conteúdo publicado é intransferível e deve ser integralmente assumida por pessoas físicas, legalmente responsáveis, não sendo permitido atribuir coautoria ou autoria às ferramentas de IA. A responsabilidade pelo conteúdo gerado, revisado ou assistido por IA é exclusiva dos autores. Espera-se que estes realizem a revisão crítica de todos os textos produzidos, assegurando que não contenham erros factuais, imprecisões, informações fabricadas ou referências inexistentes. A IAG deve ser vista como um recurso complementar e não como substituto da reflexão crítica, da criatividade e do rigor acadêmico.

Autores devem estar cientes de que o uso de IAG implica riscos importantes, como a geração de conteúdo impreciso, enviesado ou não verificável, e que essas ferramentas operam a partir de modelos estatísticos que não compreendem a realidade social, científica ou contextual. A Revista BASE alerta também para os riscos de segurança, sobretudo relacionados à privacidade de dados sensíveis, à exposição indevida de informações inéditas e à violação de direitos autorais e propriedade intelectual, uma vez que muitos modelos de IA reutilizam dados fornecidos pelos usuários.

2. Integridade e Originalidade dos Manuscritos

Todos os manuscritos submetidos à Revista BASE devem ser inéditos, originais e resultado do trabalho intelectual dos autores. A revista emprega softwares de verificação de similaridade, como o iThenticate, para detectar práticas indevidas de apropriação textual. São consideradas inaceitáveis condutas como copiar e colar trechos sem citação, reproduzir ideias, estruturas ou argumentos de terceiros sem atribuição adequada, parafrasear sem referência, reutilizar trabalhos próprios sem indicação (autoplágio) ou apresentar como próprio um texto escrito por outrem, ainda que com modificações. Em todos os casos, a falta de atribuição clara e explícita será considerada violação ética. Os autores, ao submeterem seus manuscritos, declaram estar cientes de que o plágio é uma infração grave, de que qualquer contribuição derivada de obras alheias foi devidamente reconhecida e que são os únicos responsáveis por quaisquer erros ou omissões nas referências.

3. Falsificação e Fabricação de Dados

A Revista BASE repudia qualquer forma de manipulação indevida de dados e resultados. Considera-se falsificação a alteração proposital de dados, métodos ou resultados de maneira que comprometa a veracidade da pesquisa. Já a fabricação consiste na criação de dados inexistentes apresentados como verdadeiros. Em ambos os casos, tais práticas caracterizam má conduta científica. Contudo, a revista reconhece que erros honestos podem ocorrer no processo de pesquisa. Em situações de suspeita, a avaliação do manuscrito será suspensa, podendo ser solicitado o envio de dados brutos, documentação suplementar ou esclarecimentos. Se necessário, o caso poderá ser encaminhado à instituição de origem dos autores, conforme orientações do COPE (Committee on Publication Ethics). A apuração buscará distinguir entre enganos não intencionais e condutas fraudulentas.

4. Conformidade com Normas Éticas e Legais

Os autores devem assegurar que suas práticas de pesquisa estão em conformidade com as leis brasileiras, especialmente no que se refere à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). É terminantemente proibido fornecer dados pessoais sensíveis a plataformas de IAG sem consentimento informado dos participantes ou sem garantias de anonimato. Também é responsabilidade dos autores verificar se o uso de IAG viola direitos de terceiros, incluindo propriedade intelectual, direitos de imagem, som ou autoria de conteúdo. Ao utilizar qualquer recurso digital, espera-se que os pesquisadores conheçam as políticas de privacidade das ferramentas utilizadas e evitem alimentar modelos com dados sigilosos ou inéditos de suas pesquisas. Recomenda-se o uso preferencial de soluções de código aberto ou com termos de uso transparentes. A escolha de

plataformas deve ser feita com consciência crítica sobre os riscos de segurança, viés algorítmico e colonialismo de dados.

5. Atualização e Aplicação da Política

Esta política será revista periodicamente para acompanhar as inovações tecnológicas, as diretrizes internacionais e as transformações do ecossistema acadêmico. Em caso de descumprimento das normas aqui estabelecidas, a Revista BASE poderá rejeitar o manuscrito, suspender autores de futuras submissões por período determinado e comunicar eventuais infrações às instituições de afiliação. A integridade acadêmica é um compromisso coletivo. Espera-se que os autores contribuam com esse processo por meio de práticas responsáveis, fundamentadas e transparentes, promovendo uma ciência ética, confiável e de qualidade.

Para mais informações, indicamos:

Sampaio, R. C., Sabbatini, M., & Limongi, R. (2024). Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores. *Boletim Técnico do PPEC*, 10, e025003-e025003.